

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ALDEAR A POLÍTICA: contribuições da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso para a formação política de mulheres indígenas no Maranhão

Flávia Gerusa Pinho Silva¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a uma análise inicial da experiência do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, realizado pela Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso - SEDIHPOP, espaço permanente de formação para a participação popular em políticas públicas, que utiliza a metodologia da Educação Popular em seu fazer pedagógico. O objetivo é analisar as conexões entre a realização deste curso, solicitado pela Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão – AMIMA, e o manifesto “Aldear a Política” lançado através de carta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, refletindo sobre os desdobramentos dessa ação para a organização política das mulheres indígenas participantes

Palavras-chave: Educação Popular; Formação Política; Mulheres Indígenas.

ABSTRACT

This article proposes an initial analysis of the experience of the Training Course on Human Rights and Public Policies for Indigenous Women, carried out by the Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso - SEDIHPOP, a permanent training space for popular participation in public policies, which uses the methodology of Popular Education in its pedagogical work. The objective is to analyze the connections between the realization of this course, requested by the Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão – AMIMA, and the manifesto “Aldear a Política” launched through a letter by the Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, reflecting on the consequences of this action for the political organization of students indigenous women

Keywords: Popular Education; Political Formation; Indigenous Women.

1 INTRODUÇÃO

Com a posse da gestão do então governador Flávio Dino, no ano de 2015, vimos em seu programa de governo o resultado da coalisão partidária e de forças dos

¹ Universidade Federal do Maranhão; Mestra em Políticas Públicas – UFMA; Doutoranda em Educação – UFMA; Instrutora da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso – SEDIHPOP; flaviagerusa@uotlook.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



movimentos sociais de diferentes campos ideológicos, que configurou uma “janela de oportunidades” na agenda pública para o reordenamento de inúmeras políticas, considerando um viés de demandas históricas do campo popular (KINGDON, 2003). E diretamente ligado ao nosso objeto de análise está o reordenamento da política estadual de direitos humanos, coordenada pela então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (SEDIHC), e que em sua reconfiguração passa a dar destaque para a participação popular nas políticas públicas, renomeando o órgão para Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

A decisão política de promoção da participação popular na agenda de governo, não somente com ações transversais, mas com a criação de uma secretaria adjunta dentro da SEDHIPOP, permitiu que outras discussões levadas a cabo pela sociedade civil em anos anteriores tomassem novo folego. Como foi o caso da criação da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso, no ano de 2017, e dos avanços na política estadual para os povos indígenas com a instituição, em 2018, do Plano Decenal Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão (PPPI).

Estas duas ações, frutos da mobilização dos movimentos populares que remontam historicamente ao processo de redemocratização do país, convergem no ano de 2021 com o projeto do “Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”, realizado pela SEDIHPOP através de uma ação transversal entre a Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso e a Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas (SAPI), a partir de uma provocação da Articulação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA). Cujo objetivo de oferecer formação básica nos conteúdos relacionados a direitos humanos e políticas públicas para as mulheres das 17 Terras Indígenas (T.I) homologados no estado do Maranhão, se conecta a um projeto maior de “Aldear a Política”, traduzido em carta manifesto pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) sobre a urgência de levar a agenda dos povos indígenas aos espaços institucionais da política, em especial o poder legislativo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Desta forma, o presente artigo se propõe a apresentar a experiência da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso no processo educativo das mulheres residentes nas T.Is alcançadas pelo “Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”, tecendo uma análise inicial sobre a contribuição da ação como estratégia integrante da mobilização nacional dos povos indígenas para “Aldear a Política”.

2 EDUCAÇÃO POPULAR PARA ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS POPULARES

O destaque dado à participação popular no executivo estadual, a partir da gestão do então governador Flávio Dino, deu início no ano de 2015 ao diálogo para criação e implementação da política indigenista no Maranhão (MARANHÃO, 2019). Desde a criação da Assessoria Indígena (ASIN), ligada ao Gabinete da SEDIHPOP, inúmeras articulações transversais foram feitas através do trabalho coletivo entre a política estadual de direitos humanos e participação popular, e o movimento indígena a nível estadual e nacional, culminando na instituição do PPPI através do decreto estadual nº 34.557, de 14 de novembro de 2018.

A partir da publicação do Plano Decenal, em 2019, houve o fortalecimento da Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (COEPI), todavia a emergência em saúde trazida pela pandemia de COVID-19 provocou a suspensão e/ou limitação de atividades junto às T.Is durante os anos de 2020 e 2021. Todavia, a partir do segundo semestre de 2021 foi possível o planejamento de atividades em atenção ao Artigo 11, parágrafos II, V, VI e VII do PPPI, que tratam sobre a promoção e qualificação do movimento indígena para o controle social das políticas públicas, bem como o apoio e fortalecimento das entidades indígenas a nível estadual (MARANHÃO, 2019). Cabendo à Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso a tarefa de capacitar e qualificar para o controle das políticas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2.1 A Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso como espaço institucional de Educação Popular

De acordo com o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014), ao fazer o resgate histórico dos movimentos pela Educação Popular no Brasil, é possível situá-los em três vertentes. A primeira se consolida nas lutas pela democratização do acesso à educação formal e à universalização do ensino como um direito do povo, que deve ser de responsabilidade do Estado, concretizadas através das políticas públicas de educação. A partir dessas lutas e do avanço da oferta de educação formal às classes populares, forma-se um processo de disputa no campo do currículo e das políticas educacionais. O que ensinar para o povo? Qual deve ser a finalidade da educação ofertada às classes populares? Dentro desses questionamentos, temos a vertente que considera a Educação Popular na perspectiva da formação técnica, preparando as camadas populares para suprirem as necessidades do mercado, mantendo uma relação com o mundo do trabalho, não com elementos para refletir sobre ele, reconstruindo e ressignificando suas estruturas, mas como indivíduos que possam adequar-se acriticamente às suas demandas, sempre que necessário.

A vertente trabalhada pela Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso é uma terceira, que não necessariamente preconiza os espaços de educação formal para se desenvolver, e é conceitualmente tratada como:

[...] práticas educativas numa concepção emancipatória e que se vinculam a um projeto de sociedade em disputa na defesa da transformação da realidade em curso. Ou seja, Educação Popular vista como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitário, potencializadora de transformações político-sociais profundas, formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho. (MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2014, p. 29)

Neste entendimento, a Educação Popular revela-se intrínseca ao processo de lutas populares pela conquista de direitos e pela emancipação humana em nosso

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



país, como ferramenta de tomada de consciência dos mecanismos de opressão, de resgate e de reconhecimento da diversidade cultural e étnica da população, e articulação das lutas coletivas para a superação das opressões.

A Escola dos Conselhos foi uma reivindicação do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente do Maranhão, baseada na primeira experiência da iniciativa, idealizada como projeto de extensão pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, com o intuito de capacitar conselheiros estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescentes, nos temas relacionados às políticas públicas de infância e juventude (MOTTI et al, 2018, p. 295). A experiência exitosa do Mato Grosso do Sul serviu de base para que o movimento dos direitos da criança e do adolescente visse a Escola dos Conselhos como um espaço essencial na consolidação de políticas públicas para a infância e juventude, iniciando um processo de mobilização das agendas de estados e municípios para a concretização desta ação.

No estado do Maranhão, a Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso foi criada pela Lei Estadual nº 10.714, de 14 de novembro de 2017, no âmbito da SEDIHPOP, e em seu Artigo 2º é definida como um “espaço permanente de formação e capacitação dos conselheiros de direitos e conselheiros tutelares, bem como dos cidadãos, com foco na participação popular na Administração Pública” (MARANHÃO, 2017, p.11). Esta definição amplia o entendimento sobre o público alvo e áreas de atuação desta Escola dos Conselhos em relação ao projeto pioneiro da UFMS, desconcentrando sua atuação na formação e capacitação para as políticas públicas da infância e juventude, e designando-a como importante espaço de consolidação da política de participação popular no estado.

Este redesenho se atrela a iniciativas anteriores do poder público no âmbito federal, de fortalecimento da política de participação popular, como a aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), e a publicação do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014). Sendo estas o resultado da mobilização de diferentes frentes dos movimentos sociais e sociedade

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

civil organizada, em busca de fazer valer as prerrogativa constitucionais de ampla participação no ciclo das políticas públicas.

Desta forma o papel da Escola dos Conselhos é, através da sua pratica educativa, e pautado pelos princípios da defesa da democracia e dos direitos humanos, possibilitar que conselheiros e conselheiras de direito das mais diversas políticas públicas; conselheiros e conselheiras tutelares; movimentos sociais da cidade e do campo; povos e comunidades tradicionais; e toda a sociedade civil, seja ela organizada ou não, tenham acesso ao conhecimento e as discussões necessárias para intervenção no ciclo das políticas públicas.

Partindo do pressuposto que no processo democrático este é um campo em disputa entre diferentes forças, ter este espaço de formação é uma conquista histórica. E a partir destas bases que se articula o objeto de análise deste artigo, resultado de articulação entre SEDIHPOP - através Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e da Escola dos Conselhos Elisangela Correia Cardoso - e a AMIMA, iniciada em novembro de 2021, que buscou atender à necessidade das mulheres indígenas no acesso a conteúdos, de forma qualificada e sistematizada, sobre direitos humanos e participação feminina nos espaços de decisão política. Desta forma, a equipe pedagógica da Escola dos Conselhos elaborou, de acordo com as reivindicações e orientações apresentadas pela AMIMA, o “Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”.

2.2 A organização das Mulheres Indígenas a serviço do projeto coletivo de Aldear a Política

As atividades do Curso analisadas neste artigo foram realizadas entre os meses de maio a novembro de 2022, e nesta primeira etapa foram capacitadas 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) mulheres indígenas, em nove momentos formativos com carga horária de 16 horas/aula cada:

PROMOÇÃO



APOIO



Tabela 1 – Alcance etnoterritorial da primeira etapa do Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas

Terra Indígena	Etnias participantes	Aldeias participantes	Total de cursistas
Caru	Guajajara e Awa Guajá	Maçaranduba; Awa; Juriti; Guaja Cocal; Cachoeira; Nova Samiã	60
Cana Brava	Guajajara	Três Irmãos	28
Kanela	Canela Memörtumré	Escalvado; Aldeia Velha	90
Araribóia	Guajajara	Juçaral; Lagoa Quieta	60
Geralda / Toco Preto	Guajajara e Timbira	Sibirino; Geralda/ Toco Preto	30
Rio Pindaré	Guajajara	Tabocal; Areião; Areinha; Januária; Alto do Angelim; Aldeia Nova; Novo Planeta; Piçarra Preta.	31
Krikati	Krikati	São José	60
Porquinhos	Canela Apanyekrá	Porquinhos	30
Governador	Gavião	Governador; Rubiácea; Riachinho	55

Fonte: Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso/SEDIHPOP

Ao final do processo formativo nas T.Is apresentadas na Tabela 1, foi recorrente ouvir, no momento de avaliação, falas como “esse curso é importante porque a gente precisa saber como os *Karaíú*² fazem política, pra gente poder fazer do nosso jeito”, por parte das cursistas. Uma fala com grande carga simbólica, que traz como resultado do fazer educativo a desnaturalização dos processos e formas de organização política estabelecidos em nossa sociedade, onde as mulheres indígenas participantes manifestaram o desejo de aprender sobre as estruturas político institucionais não para se adequar, e sim para decodificá-las perante os saberes e vivências dos povos indígenas, criando uma nova linguagem que servirá sobretudo à defesa do território.

Falas como essa encontram ressonância com a carta manifesto lançada pela APIB em 08 de fevereiro de 2022, convocando os povos indígenas a articulação para tomada dos espaços de decisão política, considerando que nas atuais estruturas político institucionais

[...] nos Parlamentos, principalmente no Congresso Nacional, os prejuízos contra os nossos direitos são imensuráveis. Donos ou representantes do capital (do agronegócio, da mineração, do sistema financeiro, e tantas outras empresas privadas), aprovam a seu bel-prazer leis antipopulares, voltadas a garantir as suas metas de lucro e acumulação, mesmo que isso signifique,

² *Karaíú* é uma palavra em tupi-guarani usada para designar pessoas não indígenas de maneira geral.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como verificou-se nos últimos anos, o roubo, a degradação e devastação dos nossos territórios e da Mãe Natureza como todo. (APIB, 2022)

Aqui compreendemos que a iniciativa da AMIMA em provocar este Curso de Formação responde a um chamado, articulado nacionalmente, que propõe a ação direta em combate a política anti-indígena protagonizada pela gestão do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro. A qual promoveu o desmonte das instancias de participação popular através da extinção de colegiados, submeteu a direção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) aos interesses do agronegócio, bem como não promoveu a demarcação de Terras Indígenas em seus quatro anos de governo (APIB, 2022).

O manifesto para “Aldear a Política” deve ser situado ainda, assim como deve ser situada a própria existência da AMIMA, em um contexto amplo de organização política dos povos indígenas e, principalmente, das mulheres indígenas no Brasil, que se alinham a tantas outras lutas populares. E é nesse panorama que os primeiros coletivos de mulheres indígenas, dentro dos paradigmas europeus de organização política da sociedade civil (GOHN, 1997), formam-se no contexto histórico e sociopolítico de transição democrática do Brasil, na década de 1980, em meio à luta pelo reconhecimento dos povos indígenas enquanto cidadãos brasileiros, pelo respeito a sua autodeterminação e à reconquista dos seus territórios, que viriam mais adiante a ser expressos na Constituição de 1988.

Durante o Curso de Formação discutiu-se que a luta dos povos indígenas por acesso e garantia dos direitos humanos traz, ainda hoje, o ponto sensível de lutar pelo reconhecimento de sua própria humanidade, e do valor de tudo o que sua experiência humana produziu, os quais lhes foram historicamente negados dentro da estratégia colonial de dominação das inúmeras populações do chamado Sul global. Sobre esse aspecto, Boaventura de Sousa Santos ressalta que:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No âmago dessa imaginação modernista existe a ideia de humanidade como totalidade construída com base num projeto comum: direitos humanos universais. Essa imaginação humanista, herdeira do humanismo renascentista, não conseguiu perceber que, uma vez combinado com o colonialismo, o capitalismo seria intrinsecamente incapaz de abdicar do conceito do sub-humano enquanto parte integrante da humanidade, ou seja, a ideia de que existem alguns grupos sociais cuja existência social não pode ser regida pela tensão entre regulação e emancipação, simplesmente porque não são completamente humanos. Na modernidade ocidental não há humanidade sem sub-humanidades. Na raiz da diferença epistemológica há uma diferença ontológica. (SANTOS, 2019, p.42)

Os povos indígenas do Brasil fazem parte das populações cuja cosmovisão choca-se diretamente com os interesses de desenvolvimento predatório dos recursos naturais, praticados no território brasileiro desde a chegada dos europeus no século XV. Foram colocados como alvo de perseguição e extermínio, pois seu modo de vida é uma ameaça direta ao pleno desenvolvimento do sistema social e econômico no qual estamos inseridos desde o início da colonização do território (KOPENAWA & ALBERT, 2015). Portanto compreender o colonialismo enquanto categoria que não se encerra na sua vertente histórica, mas que se mantém viva como forma de sociabilidade, foi o viés central para o desenvolvimento do trabalho educativo das instrutoras da Escola dos Conselhos junto às mulheres indígenas. Pela necessidade, enquanto educadoras populares, de exercitar a percepção sobre como o imaginário colonial contaminou e ainda contamina nossa visão sobre os povos indígenas. Bem como refletir, na interação com as mulheres indígenas, sobre como essa mesma sociabilidade é conjecturada nas possíveis fraturas a nossa auto percepção, partindo do entendimento que todos somos colonizados, mas não sentimos da mesma forma as cadeias de dominação (SANTOS, 2019).

É na necessidade da constante reorganização das lutas diante da permanente ação colonial que a Educação Popular se mostra como ferramenta de resistência e alicerce para a articulação do movimento indígena em sua atual configuração, visto que suas bases metodológicas trabalham sobre a realidade concreta em um movimento dialógico de reflexão-ação. Permitindo que os sujeitos possam compreender a si mesmos e o processo histórico que estão imersos não como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

predestinação, mas como uma realidade que foi construída nas relações de dominação do homem pelo homem, e que podem ser modificadas (FREIRE, 2013). Para tanto algumas dinâmicas realizadas durante o Curso de Formação, como mapear os serviços públicos existentes nos territórios; pensar uma linha temporal com conquistas trazidas pelas lutas e organização coletiva; pensar a ação para o ano de 2022 que demandaria a organização coletiva das mulheres, dentre outras realizadas, trouxeram momentos de compreensão que, para além da das dinâmicas institucionais, a própria vivência dos povos indígenas é política, e que as mulheres indígenas e seus movimentos de auto organização estão dialogicamente modificando a sua realidade, a realidade de seu povo e seu território.

Todavia, o chamado para “Aldear a Política” faz tanto a provocação como aponta a urgência de representações indígenas para além dos territórios demarcados, em um processo de retomada do Brasil enquanto terra indígena, o qual não pode se concretizar sem o enfrentamento às estruturas e interesses dos grupos que atualmente ocupam os espaços de decisão política do país. Para Guajajara et. al (2021), além das discussões no cotidiano dos territórios, existe um trabalho a ser feito no imaginário coletivo a respeito das formas de organização dos povos indígenas e de como o processo colonial acabou viciando nossa visão sobre modelos de liderança. Isso faz com que o não-indígena pense que o único líder no território seja o cacique, um pensamento que influencia até mesmo como o Estado dialoga ou busca validar ou não discursos e reivindicações, desrespeitando inclusive o princípio da Constituição de 1988, que se compromete a respeitar a autodeterminação dos povos indígenas.

Neste sentido a Escola dos Conselhos mapeou, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), mulheres indígenas maranhenses que se candidataram a cargos eletivos, nos pleitos eleitorais de 2018 e 2020, como exercício para pensar e repensar formas de ocupar as instâncias de poder político, principalmente as câmaras legislativas diante do seu papel de elaboração e aprovação das leis. Esse exercício é interessante quando consideramos que as mulheres mapeadas são residentes em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



seus territórios, e que das oito mulheres indígenas que se candidataram nos anos de 2018 e 2020, quatro participaram do Curso de Formação e compartilharam com as demais cursistas a sua experiência neste processo.

A partir destes relatos, e de entrevistas da então deputada federal Joênia Wapichana (hoje presidente da FUNAI), e das militantes pelos direitos dos povos indígenas Telma Taurepang e Sônia Guajajara (hoje Ministra dos Povos Indígenas), a foi possível trazer a discussão sobre o espaço das mulheres na política institucional considerando as limitações trazidas pelo machismo e o patriarcado, a fim de pensar os desafios postos às mulheres indígenas neste campo através de uma perspectiva interseccional.

Sobre esta visão, Terena (2021) afirma que o conceito “feminismo” não é uma realidade das mulheres indígenas em suas comunidades, tal qual é compreendido pelas mulheres brancas ou pelo pensamento acadêmico europeu. Entretanto, dentro da cosmovisão indígena, é possível falar na “luta das mulheres”, que está a todo momento indissociada da luta pela terra e pelo bem comum. O que localiza a articulação deste Curso de Formação pela AMIMA como um processo de fortalecimento da luta pelo território e por si mesmas, enquanto mulheres que buscam todas as condições favoráveis para viver uma vida plena. Isto porque à medida que com suas ações garantem que as T.Is sejam um espaço onde a floresta pode crescer livremente, suas movimentações dentro e fora do território lhes permitem também crescer, circunscrevendo sua liberdade e a de seu povo no mesmo compasso das árvores e dos demais seres vivos.

3 CONCLUSÃO

O manifesto para “Aldear a Política” trouxe movimentações em âmbito estadual e nacional que merecem uma análise detalhada a qual, por hora, não será possível desenvolver neste artigo. Todavia é importante registrar que o “Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas” proporcionou o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ambiente de discussão e mobilização inicial encorajando que uma mulher e liderança indígena, Rosilene Guajajara, se lançasse candidata a co-deputada estadual, integrando uma candidatura de mandato coletivo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A mesma fez parte da primeira turma do Curso, realizada na T.I Caru em maio de 2022.

Para as participantes, as reflexões suscitadas pelas atividades formativas consolidaram a visão que adotar estratégias eleitorais focadas na personalização da política não atendem as necessidades dos povos indígenas, que se organizam a partir de uma visão coletiva, compreendendo o quanto essa visão colonial trazida pelos povos não-indígenas causou e ainda causa inúmeras divisões internas junto aos povos no processo das lutas pelo bem comum. Todavia, enquanto esta estrutura não é superada, se faz necessário que as lideranças representantes dos povos indígenas em diferentes espaços de decisão não percam de vista o papel de porta vozes de uma coletividade, submetendo suas decisões e atuação política a este colegiado, assim como ocorre nos territórios.

Do final da primeira etapa do Curso, em novembro de 2022, até o momento de escrita deste artigo, a configuração política do país mudou radicalmente para toda população brasileira. Mas particularmente para os povos indígenas esta mudança foi de um cenário onde o Governo Federal por ação ou omissão contribuiu para a invasão e pilhagem de territórios, e empobrecimento e morte dos povos indígenas, para um Governo que cria o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e nomeia pessoas indígenas como gestoras dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas direcionadas a esta população. O terceiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva abre oportunidades ao movimento indígena de pressão junto aos executivos estaduais e municipais com T.Is em sua abrangência geográfica, para que criem estruturas administrativas que tornem políticas públicas para os povos indígenas uma realidade.

Entretanto, o Poder Legislativo ainda se mostra como desafio ao movimento indígena, diante dos resultados apresentados no pleito de 2022 quanto a tentativa de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



criação da “bancada do cocar”, e da configuração das bancadas legislativas estadual e federal em seu perfil conservador e de tensionamento pelos interesses do agronegócio, contrário ao projeto de vida dos povos indígenas. Neste ponto cabe ressaltar que foi levantado pelas cursistas, durante a formação, a necessidade de estarem coletivamente organizadas para o lançamento e apoio a candidaturas indígenas, principalmente de mulheres, para o legislativo municipal em 2024, realinhando estratégias a partir das reflexões sobre as experiências das candidaturas passadas. Para tanto, elencaram a importância do fortalecimento da AMIMA, e dos coletivos de mulheres nas T.Is, pela compreensão de que o trabalho de base será essencial na construção da ação coletiva para ocupar o legislativo.

Todo este processo de reflexão-ação acompanhado pela Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso, em conjunto com a Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas, mostra que a parceria entre a SEDIHPOP e AMIMA cumpriu seus objetivos, e aponta para a continuidade do projeto. E não se pode concluir essa análise inicial sobre a ação sem ressaltar o quanto o processo de elaboração e execução da metodologia do “Curso de Formação em Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas” contribuiu para que a equipe de instrutoras da Escola dos Conselhos estivesse também imersa em uma reflexão-ação sobre sua prática pedagógica.

A Educação Popular é aliada das lutas populares contra o processo de dominação e extermínio dos diferentes povos, e desta forma é também uma aliada dos povos indígenas. Mas, quando observamos que a maioria das lideranças centralizadas no debate e na representação dos povos indígenas, e de outros povos, tanto nas negociações com o poder público quanto nas organizações da sociedade civil, é masculina, cabe uma reflexão. Se faz necessário analisar até que ponto a própria práxis da Educação Popular, dentro das dinâmicas de colonialismo trazidas aqui, pode ou não reforçar processos de dominação, visto que as vivências enquanto colonizados se dá de maneiras distintas. Por hora, não é exagero dizer que, diante do cenário de crise que nos encontramos, “Aldear a Política” é um caminho que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

precisamos percorrer em nossas práticas, e que as mulheres e homens indígenas tem muito a contribuir no campo das políticas públicas e das sociabilidades.

REFERÊNCIAS

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Aldear a Política: Eleições 2022 - carta aos povos indígenas do Brasil**. Brasília – DF. APIB, 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://campanhaindigena.info/aldear-a-politica/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Presidência da República, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, 1997.

GUAJAJARA, Sônia (org). **Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena**. Filipinas: Indigenous Peoples Rights International, 2021.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2 ed. Ann Arbor. University of Michigan, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

MARANHÃO. Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. **Plano Decenal Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (PPPI)**. São Luís. COEPI, 2019.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 10.714, de 14 de novembro de 2017. **Cria a Escola dos Conselhos no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular –SEDIHPOP**. São Luís. Casa Civil, 2017.

MOTTI, A. J. A.; MACIEL, C. E.; BORSATO, F. P. **O Programa Escola De Conselhos Da Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul**. Revista UFG, Goiânia, v. 18, n. 24, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/58614>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TERENA, Taily. **Feminismo Indígena – O que querem as Mulheres?** Entrevista para o Canal Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uZvNpKn0lfg>. Brasil, 2021. Acesso em: 21.nov.2022.

PROMOÇÃO



APOIO

